

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	Hu Jintao
Chefe de governo:	Wen Jiabao
Pena de morte:	retencionista
População:	1.347,6 milhões
Expectativa de vida:	73,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	19,1 por mil

Temendo o surgimento de movimentos de protesto inspirado nos eventos do Médio Oriente e do Norte de África, as autoridades lançaram, em fevereiro, uma das maiores ondas de repressão contra ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e ciberativistas desde as manifestações de 1989 na Praça da Paz Celestial. Intensificaram-se as hostilidades, as intimidações, as detenções arbitrárias e ilegais e os desaparecimentos forçados de críticos do governo. Aumentou a segurança nas regiões habitadas por minorias étnicas, onde a população protestava contra a discriminação, a repressão e outras violações dos seus direitos. As autoridades recrudesceram os seus constantes esforços para fazer com que todas as práticas religiosas estejam sob o controle do Estado, inclusive com perseguições brutais aos seus praticantes. O poderio económico da China em plena crise financeira mundial aumentou a influência global do país na área dos direitos humanos – geralmente para pior.

Antecedentes

A economia chinesa permaneceu relativamente resistente à crise financeira global, levantando receio de que os atores internacionais se tornem relutantes em criticar a situação dos direitos humanos no país, uma tendência já evidenciada nos últimos anos. A China tem tido cada vez mais sucesso em utilizar seu crescente poderio financeiro e político para pressionar outros países a devolverem vários cidadãos chineses de determinadas origens, tais como os uígures, para a China, onde correm o risco de serem julgados de maneira injusta, de serem torturados e de sofrerem outros maus-tratos em detenção, além de outras violações dos direitos humanos.

Liberdade de expressão

As autoridades continuaram a abusar da justiça penal a fim de suprimir a liberdade de expressão. Para reprimir os chamados protestos de “jasmim”, movimento surgido em fevereiro com inspiração nas rebeliões populares do Médio Oriente e Norte de África, quase 50 pessoas foram presas e dezenas de outras foram hostilizadas e intimidadas. O que começou como um apelo anónimo para uma caminhada pacífica de domingo, espalhou-se por um número crescente de cidades como forma de protesto contra a corrupção, a supressão de direitos e a falta de reformas políticas.

Emendas feitas, em março, aos Regulamentos sobre Gestão de Publicações acrescentaram um novo requisito de que as pessoas que publicam materiais na internet ou em redes de informações devem obter uma licença para isso ou arriscam-se a sofrer sanções penais. As autoridades fecharam ou assumiram diretamente o controle de diversas publicações que tinham divulgado reportagens jornalísticas de investigação sobre questões consideradas sensíveis. Segundo informações, as

autoridades proibiram o uso de centenas de palavras nas mensagens de texto de telemóveis, tais como "democracia" e "direitos humanos".

■ Dois ativistas veteranos detidos durante os protestos de "jasmim" foram sentenciados a longas penas de prisão devido as seus escritos políticos. A 23 de dezembro, Chen Wei foi acusado de "incitar à subversão do poder do Estado" e foi condenado a nove anos de prisão por ter escrito 11 artigos apoiando a democracia e as reformas políticas. A 26 de dezembro, Chen Xi foi condenado a 10 anos sob a mesma acusação devido aos 36 artigos que publicou no exterior. Ding Mao, na província de Sichuan, e Liang Haiyi, na província de Guangdong, continuaram detidos devido ao seu envolvimento nos protestos de "jasmim".

Defensores dos direitos humanos

As autoridades continuaram a hostilizar, intimidar, processar e a criminalizar ativistas pró-democracia e direitos humanos. Apoiantes do Partido Democrático da China foram condenados a longas penas de prisão.

■ Em março, Liu Xianbin foi acusado de "incitar à subversão do poder do Estado" e foi condenado a 10 anos de prisão pelo seu ativismo pró-democracia, pelo seu apoio ao movimento que lançou a Carta 08 e pelos seus escritos sobre reforma política.

■ O ativista de direitos humanos Chen Guangcheng permaneceu sob prisão domiciliária ilegal, juntamente com a sua filha e a sua esposa, Yuan Weijing, desde que foi libertado da prisão, em setembro de 2010. Um movimento popular de apoio a Chen Guangcheng, que é cego, começou a ganhar força em todo o país, com muitos ativistas postando na internet fotos suas usando os característicos óculos escuros de Chen. Os apoiantes que se deslocaram das mais diversas regiões da China até a cidade de Chen, com o objetivo de se encontrarem com ele, foram espancados e roubados por policiais à paisana que já estavam no local.

Desaparecimentos forçados

Aumentou o número de pessoas submetidas a desaparecimentos forçados. Muitas estavam detidas secretamente, como é o caso do ativista político mongol Hada. Muitas outras continuavam ou foram colocadas em prisão domiciliária ilegal. Entre elas, Liu Xia, mulher do prémio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, e Zheng Enchong, um advogado de Xangai que trabalha questões do direito à habitação.

No dia 30 de agosto, as autoridades publicaram uma minuta de emendas ao Código de Processo Penal chinês. Foram as primeiras mudanças propostas desde 1997. Embora o novo código contenha algumas emendas positivas, a revisão propõe legalizar a detenção de indivíduos por um período de até seis meses sem que os seus familiares ou amigos sejam notificados. Muitos analistas jurídicos consideram que tal mudança corresponde à legalização dos desaparecimentos forçados. A proibição do uso de provas ilegais, tais como confissões forçadas e outras provas obtidas sob tortura ou maus-tratos, foram incorporadas à minuta do novo código. Entretanto, a tortura continuou endémica nos locais de detenção, uma vez que políticas governamentais, tais como as que exigem dos funcionários dos centros de detenção a "transformação" dos dissidentes religiosos de forma que renunciem à sua fé, fomentam um clima que conduz à prática da tortura.

■ A 16 de dezembro, Gao Zhisheng, um conhecido advogado de direitos humanos que, durante quase três anos, foi submetido a intermitentes desaparecimentos forçados, foi enviado para a prisão para cumprir uma pena de três anos por "infringir repetidamente a sua liberdade condicional". Isso ocorreu poucos dias antes de terminar o período de cinco anos em que se encontrava sob liberdade condicional. Acredita-se que, nos períodos em que "desapareceu", foi mantido sob custódia oficial.

Desalojamentos forçados

Os desalojamentos forçados de pessoas das casas e terras onde vivem, sem o devido processo legal e sem qualquer compensação, aumentaram de forma acelerada, envolvendo cada vez mais violência. No dia 21 de janeiro, o Conselho de Estado emitiu novos regulamentos sobre a expropriação de residências nas áreas urbanas. Embora no caminho certo, os regulamentos cobrem apenas os habitantes das áreas urbanas, deixando a maioria da população chinesa sem proteção contra desalojamentos forçados.

■ A 29 de dezembro, a ex-advogada Ni Yulan foi julgada por "provocar atritos" e por "fraude", acusações pelas quais poderia ser condenada a uma longa pena de prisão. Em 2008, antes das Olimpíadas de Pequim, ela própria foi desalojada à força de sua casa, tendo ficado paralisada da cintura para baixo devido aos espancamentos que sofreu enquanto esteve detida.

Pena de morte

Em fevereiro, a Assembleia Popular Nacional da China aprovou a 8ª revisão do Código Penal chinês, eliminando a pena de morte como punição para 13 crimes. Ao mesmo tempo, a revisão incluiu diversos novos crimes passíveis de serem punidos com a pena capital e expandiu o escopo de outros. A China continuou a usar a pena de morte de maneira extensiva, incluindo para delitos não violentos, impondo essa pena na sequência de julgamentos injustos. Estima-se que sejam milhares o número de execuções no país. Porém, as estatísticas sobre sentenças de morte e execuções continuaram secretas.

Liberdade de religião ou de crença

As autoridades prosseguiram o seu objetivo de fazer com que todas as práticas religiosas estejam sob o controle do Estado, o que inclui a supervisão estatal das doutrinas religiosas, a nomeação de líderes religiosos, o registro de grupos religiosos e a construção de locais de culto. Praticantes de religiões proibidas pelo Estado ou que não tinham aval estatal arriscaram-se a ser hostilizados, detidos, encarcerados e, em alguns casos, perseguidos com violência. Entre as religiões banidas estão as "igrejas domésticas" protestantes e católicos que aceitam a autoridade da Santa Sé. O paradeiro de aproximadamente 40 bispos católicos continuava desconhecido; presume-se que estejam em poder das autoridades.

■ Entre 10 de abril e o fim do ano, membros da igreja clandestina Shouwang, em Pequim, foram semanalmente detidos quando tentavam realizar um culto religioso dominical ao ar livre na zona noroeste da capital chinesa. A maioria dos detidos foi mantida nas esquadras da polícia ou sob prisão domiciliária a fim de impedir a realização do serviço religioso. Repetidas vezes, a igreja foi expulsa dos locais que alugava e foi impedida de se instalar num prédio que tinha adquirido há alguns anos.

Falun Gong

As autoridades continuaram a empreender uma campanha nacional e sistemática, geralmente violenta, contra o Falun Gong, um grupo de práticas espirituais proibido desde 1999 por ser considerado um "culto herético". O governo entrou no segundo ano de uma campanha de três anos que visa a aumentar o índice de "transformação" dos praticantes do Falun Gong. Trata-se de um processo através do qual as pessoas são pressionadas, muitas vezes com recurso a tortura psicológica e física, a renunciarem à crença e à prática Falun Gong. Os praticantes que se recusavam a renunciar a sua fé corriam o risco de intensificação dos níveis de tortura e de maus-tratos. Para pôr em prática o projeto, as autoridades mantinham centros de detenção ilegais, conhecidos informalmente como "centros de lavagem cerebral". Fontes do Falun Gong informaram que, a cada três dias, um praticante morria sob custódia ou logo após ser libertado. Segundo essas fontes, milhares de praticantes continuavam desaparecidos.

■ No dia 5 de março, Zhou Xiangyang, praticante do Falun Gong, foi preso em sua casa em Tangshan, província de Hebei, e levado até a prisão de Binhai, na cidade de Tianjin. De imediato, entrou em greve de fome. Antes disso, ele já tinha passado nove anos detido, quando foi submetido a trabalhos forçados e a torturas que incluíram privação de sono, choques elétricos, espancamentos e ser o brigado a permanecer esticado sobre uma mesa baixa com os membros presos ao chão. As autoridades continuaram a negar-lhe um advogado. Em resposta a um apelo escrito pela mulher, Li Shanshan, mais de 2.500 moradores de sua cidade e arredores assinaram uma petição requerendo que ele fosse libertado. Posteriormente, em setembro, foi detida juntamente com o irmão mais velho de Zhou e com, pelo menos, outras quatro pessoas.

Região Autónoma da Mongólia Interior

A morte de um pastor de origem mongol chamado Mergen, no dia 10 de maio, por um camionista chinês de etnia han que trabalhava no transporte de carvão, provocou protestos generalizados em toda a região. O clima já estava tenso devido aos ressentimentos dos pastores locais, que consideravam que seu modo de vida estavam a ser ameaçado pela apropriação indevida de terras e pelos danos ambientais que afetavam as criações de animais, provocados pelas empresas mineiras, muitas das quais pertencem a chineses de etnia han.

■ De 23 a 31 de maio, centenas de pastores e de estudantes participaram nos protestos, na maioria pacíficos, ocorridos diariamente em toda a região. Ao mesmo tempo que respondiam a algumas das reivindicações apresentadas, as autoridades destacaram para a área um grande contingente de forças militares e de segurança, detendo dezenas de manifestantes. Além disso, bloquearam os sites na internet que mencionavam os protestos, restringiram o acesso aos telemóveis e tiraram do ar a maioria dos sites em idioma mongol.

Região Autónoma Uigur de Xinjiang

As autoridades reforçaram as medidas de segurança através de uma sucessão de campanhas de "linha dura" que intensificaram o patrulhamento das ruas 24 horas por dia e incluíam a "mobilização da sociedade para a batalha" contra atos que as autoridades alegavam prejudicar a segurança do Estado. Em Urumqi, de acordo com relatos, bairros inteiros foram cercados e só podiam ser acedidos através dos postos de controlo.

Restrições excessivas ao fluxo de informações para dentro e para fora da Região Autónoma Uigur de Xinjiang (RAUX) lançaram incerteza sobre o destino de centenas de pessoas que foram detidas na sequência da repressão aos protestos de 2009, em Urumqi. Em janeiro, o presidente do Supremo Tribunal Popular da RAUX deu andamento aos processos relacionados com os protestos de 2009; porém, as autoridades não forneceram qualquer informação sobre os julgamentos. Os familiares das pessoas detidas frequentemente não foram informados sobre o destino ou sobre o paradeiro de seus entes queridos, e de uma forma geral tiveram demasiado receio de se comunicarem com os que estavam fora da China, temendo a retaliações das autoridades.

A liberdade de expressão continuou a ser severamente restringida na RAUX, incluindo através da tipificação vaga de crimes como "separatismo étnico" e "terrorismo", que incluíam a distribuição de materiais ou obras literárias com "conteúdo separatista".

■ Noor-UI-Islam Sherbaz morreu no dia 13 de novembro, alegadamente em consequência da tortura sofrida na prisão. Ele cumpria uma pena de prisão perpétua por ter sido condenado por "homicídio" e por "causar um incidente", após um julgamento injusto. Alegadamente teria lançado pedras durante os protestos de julho de 2009, e tinha 17 anos quando foi detido. Segundo um amigo da família que teve acesso a informações vindas da cadeia, Noor UI-Islam era constantemente espancado com bastões elétricos. A sua família não pôde ter acesso ao corpo, e as autoridades enterraram-no sem realizarem uma autópsia. No seu julgamento, nenhuma prova adequada foi apresentada contra ele pelas autoridades, exceto a sua "confissão", que, possivelmente, foi extraída mediante tortura. Durante o julgamento, ele foi representado por um advogado designado pelo tribunal.

O governo chinês usou pressão económica e diplomática sobre outros países, como o Cazaquistão, a Malásia, o Paquistão e a Tailândia, a fim de forçá-los a expulsar ou a entregar mais de uma dezena de uigures às autoridades chinesas. Os uigures devolvidos à China corriam sério risco de sofrer tortura, detenções arbitrárias e julgamentos injustos, além de, de uma forma geral, serem mantidos em regime de incomunicabilidade.

Região Autónoma do Tibete

De 16 de março até o fim do ano, nas áreas tibetanas da China, 10 monges ou ex-monges e duas monjas atearam fogo ao próprio corpo. Acredita-se que seis deles tenham morrido em consequência dos ferimentos. Ao que parece, os protestos foram uma reação às medidas de segurança cada vez mais punitivas impostas a instituições religiosas e a comunidades laicas da região após os protestos de março de 2008. A primeira autoimolação, de Phuntsock Jarutsang, foi seguida de protestos, prisões em massa (inclusive de 300 monges do mosteiro de Kirti), desaparecimentos forçados e possíveis homicídios cometidos pelas forças de segurança. Dois tibetanos idosos (um homem e uma mulher) morreram quando os moradores entraram em confronto com as forças de segurança para tentar impedir as prisões. Um terceiro homem morreu mais tarde em consequência das lesões que sofreu quando a polícia reprimiu manifestantes em frente a uma esquadra. Pessoas que tinham alguma ligação com os protestos relacionados com as imolações foram condenadas a penas de prisão entre 3 e 13 anos. Apesar da onda de autoimolações, não houve qualquer sinal de que as autoridades chinesas tivessem a intenção de enfrentar as causas subjacentes aos protestos, ou de que reconhecessem o descontentamento da comunidade tibetana.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

As forças de segurança e a polícia empregaram força excessiva contra manifestantes pacíficos.

■ Durante uma manifestação pacífica em 15 de maio, Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, a polícia ameaçou prender os manifestantes caso eles não parassem de dançar. A polícia argumentou que os organizadores, entre os quais a Amnistia Internacional Hong Kong, não tinham obtido uma "licença temporária para entretenimento público". Houve críticas de que a ação da polícia configurava hostilidade e não tinha base legal.

■ A 2 de julho, a polícia prendeu 228 participantes de uma passeata pró-democracia, realizada anualmente a 1 de julho, por obstrução de local público e por reunião ilegal. A Associação dos Jornalistas de Hong Kong afirmou que 19 jornalistas foram atacados com *spray* de pimenta e que um jornalista foi preso durante a passeata, que reuniu 10 mil pessoas. A polícia também tentou prender Law Yuk Kai, diretor do Observatório de Direitos Humanos de Hong Kong, enquanto ele observava a ação dos policiais que removiam e prendiam os manifestantes que bloqueavam o tráfego. Todas as pessoas presas foram libertadas no mesmo dia. Posteriormente, muitas foram indiciadas por perturbação da ordem pública.

Durante uma visita de três dias do vice-Primeiro ministro chinês, Li Keqiang, a Hong Kong, em agosto, a polícia estabeleceu "áreas de segurança cruciais" para manter os manifestantes e a imprensa afastados do dirigente. Legisladores locais e outras pessoas criticaram o uso dessas táticas de linha dura, por comprometerem a liberdade de expressão. Um morador que vestia uma camiseta em memória ao massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, foi arrastado pela polícia.

Mudanças legais

■ Em junho, o governo apresentou propostas controversas que, em determinadas circunstâncias, acabariam com as eleições parciais como forma de substituição dos membros do Conselho Legislativo cujos mandatos terminassem antecipadamente.

■ Ainda em junho, a Comissão de Reforma Legal emitiu um documento de consulta a respeito da elaboração de uma Lei das Entidades Beneficentes e de uma Comissão das Entidades Beneficentes. A Amnistia Internacional e outros grupos de direitos humanos criticaram a definição de entidade beneficente apresentada na proposta, que excluía atividades de direitos humanos, ao passo que reconhecia outros 13 setores, inclusive direitos dos animais.

Discriminação

■ No dia 30 de setembro, o Tribunal de Instância Superior proferiu uma sentença favorável a uma empregada doméstica filipina, determinando que as cláusulas imigratórias que proíbem trabalhadores domésticos de requerer o direito de residência eram inconstitucionais. O governo recorreu da decisão. Críticos da posição do governo consideraram que tal exclusão constituía discriminação por motivos étnicos.

■ A 25 de novembro, uma mulher transexual que havia passado por uma operação para mudança de sexo viu negado o segundo recurso da decisão que lhe negara o direito de se casar com seu parceiro de acordo com seu novo sexo. O Tribunal de

Recursos afirmou que possíveis mudanças na lei eram uma questão a ser resolvida pelos legisladores, e não pelos tribunais. A requerente disse que iria recorrer para o Tribunal de Última Instância.

Refugiados e requerentes de asilo

Em julho, o governo introduziu um projeto de Emenda 2011 à Lei de Imigração. Tratava-se de uma das medidas destinadas a criar um enquadramento legal para lidar com queixas apresentadas com base na Convenção da ONU contra a Tortura.